



Ofício nº 1.371/2021- GS/SEMAD/PMV

Viseu -PA, em 16 de julho de 2021.

Sr^a. **NILCE MARIA S. MONTEIRO**

M.D. Presidente da Comissão Permanente de Licitação-CPL-Viseu-PA.

Senhora Presidente,

Considerando a Lei Municipal 542/2021, que dispõe sobre a Reestruturação do Conselho municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212- A da Constituição Federal, regulamentado na forma da lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Segundo o Art. 16, inciso I, Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

A Lei Municipal nº 476/2014, Art. 1º, que dispõe sobre a política de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social. E ainda considerando o Art. 11º, onde o Conselho municipal de Assistência Social será instalado em ambiente físico autônomo com instalações e equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, garantidos pelo Poder Público.

O Artigo 17º da Lei 11.947, de 16/06/2019, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar, e o inciso VI, onde cabe ao Poder Público fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população.

Os Conselhos Municipais exercem o controle social e a fiscalização das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo, cada Conselho, na sua respectiva área de atuação, pode também ajudar, sugerir, criticar e opinar visando à implementação de Políticas Públicas no nosso município. Assim, é importante a reunião desses Conselhos compartilhada em ambiente físico e adequado, que propicie uma boa articulação e interação da comunidade, visando à participação popular e um controle dos serviços sociais oferecido pela Administração. Além



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



disso, o imóvel escolhido   localizado na área central da cidade, onde será desenvolvido o serviço acima referido e tendo estrutura que atende ao objeto dessa dispensa, com fácil acessibilidade, sobre a estrutura física do imóvel em questão, foi apresentado laudo técnico de vistoria pela Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura onde não se constatou nenhum problema na estrutura do imóvel, atendendo com isso ao interesse da Administra o pública, levando em considera o seu espaço físico e edifica o além de está adequado com as finalidades da CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.

Diante das informa es prestadas, justifica-se a contrata o em face da inexistência de prédio público municipal disponível e apto a sediar Casa de Apoio aos Conselhos Municipais, na Cidade de Viseu, sendo necessária a referida contrata o para a efetiva o desta fun o precípua da administra o pública municipal. Junto a esta solicita o, encaminho a V.S  os seguintes documentos: Termo de referência, Laudo técnico de vistoria de imóvel, expedido por profissional, documentos pessoais do proprietário e documentos do imóvel que melhor atende as necessidades desta Administra o.

Desta feita, resta justificada a escolha do imóvel, nos termos art. 24, inciso X, da Lei N  8.666/93.

EDILTON TAVARES
MENDES:88120007204
7204

Assinado de forma digital
por EDILTON TAVARES
MENDES:88120007204
Dados: 2021.07.16
08:18:10 -03'00'

EDILTON TAVARES MENDES
Secretario Municipal de Administra o
DECRETO N 007/2019.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência trata de subsidiar a locação de um imóvel visando o atendimento das finalidades precípua da administração pública municipal, conforme características de instalação e localização contidas neste termo de referência, para sediar a Casa de Apoio aos Conselhos Municipais, nesta Cidade de Viseu/PA.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a Lei Municipal 542/2021, que dispõe sobre a Reestruturação do Conselho municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212- A da constituição federal, regulamentado na forma da lei federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Segundo o Art. 16, inciso I, Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

A Lei Municipal nº 476/2014, Art. 1º, que dispõe sobre a política de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social. E ainda considerando o Art. 11º, onde o Conselho municipal de Assistência Social será instalado em ambiente físico autônomo com instalações e equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, garantidos pelo Poder Público.

O Artigo 17º da Lei 11.947, de 16/06/2019, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar, e o inciso VI, onde cabe ao Poder Público fornecer instalações físicas e recursos humanos que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população.

Os Conselhos Municipais exercem o controle social e a fiscalização das atividades



desenvolvidas pelo Poder Executivo, cada Conselho, na sua respectiva área de atua o, pode também ajudar, sugerir, criticar e opinar visando   implementa o de Políticas Públicas no nosso município. Assim,   importante a reunião desses Conselhos compartilhada em ambiente físico e adequado, que propicie uma boa articula o e intera o da comunidade, visando   participa o popular e um controle dos serviços sociais oferecido pela Administra o. Além disso, o imóvel escolhido   localizado na área central da cidade, onde será desenvolvido o serviço acima referido e tendo estrutura que atende ao objeto dessa dispensa, com fácil acessibilidade, sobre a estrutura física do imóvel em questão, foi apresentado laudo técnico de vistoria pela Secretaria municipal de Obras e Infraestrutura onde não se constatou nenhum problema na estrutura do imóvel, atendendo com isso ao interesse da Administra o pública, levando em considera o seu espaço físico e edifica o além de está adequado com as finalidades da CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS.

Diante das informa es prestadas, justifica-se a contrata o em face da inexistência de prédio público municipal disponível e apto a sediar Casa de Apoio aos Conselhos Municipais, na Cidade de Viseu, sendo necessária a referida contrata o para a efetiva o desta fun o precípua da administra o pública municipal. Junto a esta solicita o, encaminho a V.S a os seguintes documentos: Termo de referência, Laudo técnico de vistoria de imóvel, expedido por profissional, documentos pessoais do proprietário e documentos do imóvel que melhor atende as necessidades desta Administra o.

Desta feita, resta justificada a escolha do imóvel, nos termos art. 24, inciso X, da Lei Não 8.666/93.

3. ESPECIFICA ES DO OBJETO E QUANTIDADES GERAIS

1	Número de pavimentos	04 (quatro).
2	Número de sala	No mínimo, 02 (duas) salas.
3	Número de cozinha	No mínimo, 01 (uma) cozinha.
4	Número de banheiro	No mínimo, 01 (um) banheiro.
5	Tipo de Estrutura	Alvenaria e concreto.
6	Condi�es do imóvel	Imóvel em bom estado de conserva�o, de pintura, acabamentos, parte elétrica, trincos e fechaduras, teto com forro, pisos e azulejos.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



7	Mobiliado	Não
8	Localização do imóvel	Considerando se tratar de prédio onde funcionará a Casa de Apoio aos Conselhos Municipais, na Cidade de Viseu, se faz necessário que o referido imóvel esteja localizado na região central de Viseu/PA.

EDILTON
TAVARES

MEENDES:881200
07204

Assinado de forma
digital por EDILTON
TAVARES
MEENDES:88120007204
Dados: 2021.07.16
08:18:28 -03'00'

EDILTON TAVARES MENDES
Secretario Municipal de Administração
DECRETO N°007/2019.